

RESUMO - DIREITO

JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: O IMPACTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PARA SUA RESSOCIALIZAÇÃO

Christiane Falcão Oliveira (chrisfallcao01@gmail.com)

Andriane Nunes Montimor (andriane.montimor@gmail.com)

Introdução: Em 2023, o Brasil registrou 11.556 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em regime de privação ou restrição de liberdade (CNJ/MDHC). Destes, 95,6% eram do sexo masculino e 63,8% pardos ou pretos, revelando forte desigualdade social. Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei 12.594/12), os índices de reincidência seguem preocupantes, desafiando a efetiva ressocialização.

Objetivo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a eficácia das medidas socioeducativas previstas no ECA e no SINASE, avaliando seu papel na reinserção social e na redução da reincidência. Buscando também identificar fragilidades estruturais e sociais do sistema, por meio da interpretação de dados oficiais, legislações e relatórios institucionais atualizados.

Material e Métodos: O estudo adota pesquisa bibliográfica e documental, com base em legislações como a Constituição Federal, o ECA e o SINASE, além de

relatórios do Conselho Nacional de Justiça, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundo das Nações Unidas para a Infância e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Utiliza método qualitativo para interpretar dados estatísticos, como taxa de ocupação das unidades (57,57% em 2024) e indicadores de matrícula escolar, analisando a prática socioeducativa no Brasil.

Resultados: Os resultados apontam avanços, como 88,7% dos adolescentes privados de liberdade matriculados em escolas (CNJ, 2024). Entretanto, persistem problemas graves, como superlotação em algumas unidades, déficit de profissionais e reincidência elevada. Projetos educacionais e culturais demonstraram potencial de transformação, mas a desigualdade social continua limitando a ressocialização.

Conclusão: Conclui-se que as medidas socioeducativas só terão impacto real quando acompanhadas de políticas públicas consistentes. A efetiva ressocialização exige integração entre Estado, família e sociedade, com investimentos em educação, capacitação profissional e apoio psicossocial. O cumprimento do ECA e do SINASE precisa ir além do aspecto legal, tornando-se instrumento de inclusão social e redução da reincidência.

Palavras-chave: eca; ressocialização; sinase.